ENTREVISTA DE GALIZALIVRE

António Gil Hernández foi professor de Linguística Geral e Crítica Literária no C.U. da Crunha, quando dependia da USC, desde 1974 até 1986, ano em que lhe foi discrecionalmente rescindido o contrato. Hoje é Professor de Ensino Secundário no IES Salvador de M., na mesma cidade.

Nasceu em Espanha no 1941, na cidade de Valhadolid, o que nom lhe impede sentir-se galego e comprometer-se com a nossa naçom. Tem numerosos trabalhos publicados em revistas como Cadernos do Povo, Nós, Ensino ou Agália. Participa em associaçons como as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal ou a Associação de Amizade Galiza-Portugal. Actulamente é membro da recém criada Academia Galega da Língua Portuguesa, e por esta razom o entrevistamos para o www.GalizaLivre-.org .

PERGUNTA.- António, pode-nos explicar brevemente o quê significará a **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** para toda a gente que trabalha em defesa da língua galega, quer do associacionismo, quer do independentismo, etc...?

RESPOSTA.- O que é e procuram os ativadores e membros da **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA** consta nos *Estatutos* da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PRÓ AGLP** (registada conforme com a legalidade) e as *Normas* de funcionamento da **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Os *Estatutos* constam publicados no volume primeiro do **BOLETIM** da **AGLP.**

Antes de mais e sem pretender obviar questões espinhentas, tenho de afirmar (ou advertir) que ambas entidades são apartidárias: Delas tanto podem beneficiar-se os "dependentistas" quanto os "independentistas" (partidos). O seu objetivo fundamental é [re-] integrar as falas galegas na Lusofonia por meio da adopção do **ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990**, ultimamente (por fim) ratificado pelo Brasil, por Portugal, por Cabo Verde e esperemos que, em prazo não muito demorado, pelos outros estados de Língua Oficial Portuguesa.

O "isolacionismo", que assumiram as instituições espanholas, dispõe da sua "Real Academia Galega", desviada grandemente dos objetivos fundacionais (1906). De facto, junto das instituições universitárias, dá cobertura académica à política nacionalista do "*Reino de España*". Tanto umas quanto outras recusaram assistir, mesmo como observadoras, às reuniões dos **ACORDOS DO RIO DE JANEIRO** (1986) e **DE LISBOA** (1990), porque, segundo eles insistem, a língua galega (sic) nada tem a ver hoje com a portuguesa, embora na origem (aceitam alguns "isolacionistas") deva admitir-se que foram una.

A **AGLP** entende que as falas da Galiza, apesar da castelhanização maciça a que estão submetidas, fazem parte da Lusofonia. É por isso que foi organizada a **AGLP** e, como tal, foi reconhecida em ato público no passado 6 de outrubro (de 2008) pelas duas Academias hoje existentes na Lusofonia: a **ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA**, na pessoa do Prof. Artur Anselmo, delegado do Presidente, Adriano Moreira, e a **ACADEMIA BRASILERA DE LETRAS**, na pessoa do Prof. Evanildo Bechara, Tesoureiro da Instituição.

A **AGLP**, portanto, serve de ponte entre a Lusofonia galega e as outras Lusofonias. Nem supre nem anula o trabalho e atividades das associações normalizadoras ou, antes, [re-] naturalizadoras da Sociedade Galega por meio do idioma que até na legalidade do Reino é reconhecido como "próprio".

(De facto o castelhano foi muito "impróprio" na Galiza, por invasor; ainda hoje, apesar de tudo, continua a ser "impróprio"...)

PERGUNTA.- Você estivo representando a Comissão para a Integração da Galiza no Acordo

Ortográfico em Lisboa (1990). Quais são os porquês da necessidade de adoptar tal acordo? Conte-nos a sua experiência em ditas reuniões.

RESPOSTA.- Bom, respondo as duas questões, bem diferentes:

1.- Os motivos e razões para a Galiza fazer parte da Lusofonia e, em consequência, adoptar o Acordo estão acima assinalados: As falas galegas ainda (!!) realizam a língua conhecida mundialmente pelo nome de Português. Dous argumentos, um linguístico e outro político, podem aduzir-se:

a) Mesmo os "isolacionistas" admitem que as falas galegas se acham muito próximas das falas portuguesas, mormente do norte de Portugal, e... do Brasil. É facto que corroboram os emigrantes galegos no país sulamericano.

Mas é que a Filologia românica "tradicional" assim o vinha reconhecendo, até que o grupo compostelano, capitaneado pelo asturiano Constantino García (q.e.p.d.), iniciou o andamento "independentista" (apenas no linguístico e para nada no político!) a respeito do que era "doutrina filológica tradicional". É andamento, aliás, errante que procurou base, sem a achar, primeiro na oralidade e depois no que denominam "lingua per elaborazione".

Este último "procedimento" (e não critério) é simples círculo vicioso. Dizem (e fazem) assim: «Elaboremos para o "galego" uma norma linguística diferente da portuguesa, porque o resultado será uma língua "per elaborazione" diferente da portuguesa.» Depois à gente contam-lhe outro conto... Eis o mistério científico do "isolacionismo" universitário compostelano e ainda mais.

O objetivo é nediamente político, no sentido próprio, como a seguir indico. Contudo, cumpre assinalar a rede de interesses (económicos) criados arredor de tal "elaborazione" para entendermos o que está a acontecer com o Galego... ou contra o Galego.

b) Outro argumento, político, pode ser dado, relacionado, aliás, com a rede de interesses apontada: O projeto nacionalista do *Reino de España*, em avançado processo de realização, não pode permitir que o Galego seja a mesma língua que a nacional de estados, como o português e o brasileiro. Por isso precisa reduzir a sua grafia a simples "evidencia" de que as falas galegas são e comportam-se como dialetos da "lengua nacional" do *Reino de España*. Dito por outras palavras, o *Reino de España* impõe a máscara do castelhano a umas falas (e idioma) que não são castelhanas.

Se por cima, contra a sua própria legalidade, o Reino impõe o ensino dessa máscara como se fosse "palavra de Deus", conseguirá (está a conseguir) que os galegos pensem, agora com "fundamento científico", que o que falam é uma espécie deturpada de castelhano. Então, entre a deturpação e o original, elegem o original; abandonam o "galego", com certeza ajudados eficazmente pelas "campañas de normalización" que os partidos nacionalistas espanhóis (PP, primeiro, e PSOE, depois) levam adiante. Não é por acaso que esses partidos se reservassem tal "gloriosa" atividade, mormente no último governo bipartido.

2.- A experiência fundamental é o facto de sermos "delegação de observadores da Galiza"; assim constamos (anonimamente) nos documentos oficiais, promulgados nos diferentes estados.

Na realidade foi-nos concedida participação maior, sobretudo nas discussões. De facto entre as palavras usadas como exemplos constam **LÔSTREGO** e **BRÊTEMA**, claramente galegas.

PERGUNTA.- Como linguista, como valoriza a situação atual do galego? É você otimista?

RESPOSTA.- Não como linguísta, porque, se valorizasse como linguísta, funcionário do Reino, deveria responder com uma fugida (educada) do assunto. A minha opinião está dada em artigos e em livros. Estes ainda podem conseguir-se. Cito-os: ***Que Galego na Escola?*** (em colaboração), Eds. do Castro, 1984. ***Silêncio ergueito***, Eds. do Castro, 1996. ***Temas de linguística política***, Amizade Galiza-Portugal, 2005.

Otimista? Depende do que se entenda por otimista. Digamos que sou esperançadamente pessimista: A situação é grave; nalgumas zonas, terminal. Mas, se os galegos reagem (e podem: há bastantes a reagir), podem recobrar bem a sua condição ajudando-se dos outros âmbitos da Lusofonia, sobretudo do Portugal nortenho e do Brasil.

PERGUNTA.- Existem grupos bilinguístas radicais... Como há que valorizar a ideologia e atividades desses grupos objetivamente contrários à normalização do galego? Como se deve atuar perante eles?

RESPOSTA.- Essas "cousas" e outras são apenas excrecências do nacionalismo espanhol. No artigo publicado no volume primeiro do ***Boletim*** da **ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA**, que intitulo «Estado, Nação, Tríade linguística...», exponho as forças ou linhas idiomato-nacionalizadoras que a meu ver agem na Galiza.

Parto da observação do sociolinguísta valenciano Josep Conill. Segundo ele, na Galiza pugnam o "castelhano" (os castelhanistas), o "galego" (os isolacionistas, em confluência com os castelhanistas) e o "português" (os reintegracionistas).

No conjunto "castelhano" cabe diferençar os castelhanistas oficiais (as instituições espanholas todas, incluídas a "Xunta" e as Universidades), os castelhanistas radicais (esses grupos bilinguístas) e a massa, indiferente, de usuários de castelhano.

Os grupos bilinguístas radicais são nos factos amparados e utilizados pelas instituições do *Reino de España* para estas aparecerem como menos beligerantes e mesmo neutrais e potenciadoras dos usos de "galego", quando na realidade aqueles grupos levam adiante, em coincidência pontual com o Reino, o projeto nacionalista español. Este, no fundo e na forma, procura a supressão ou eliminação de "las demás lenguas españolas", quer dizer, das Comunidades Linguísticas diferentes da castelhana. Basta com ler um pouco atentamente a *Constitución de 1978*.

PERGUNTA.- Os dicionários ajudam muitas vezes a solidificar concepções altamente ideologizadas da realidade social. Que significa, p. ex., as acepções pejorativas da palavra "galego" na RAE?

RESPOSTA.- A teor da resposta anterior, vale afirmar que os dicionários "oficiais" são o que são e estão para o que estão. Em regra a filologia, nomeadamente a espanhola, e, por extensão, as mal chamadas ciências da linguagem cultivadas nos âmbitos universitários, oficiais, institucionais do *Reino de España*, servem mormente para dar cobertura "científica" ao projeto nacionalista do estado, uniforme e monárquico.

Portanto, o *Diccionario da Real Academia Española*, também. Consultem-se os significados que, ao longo de sucessivas edições, atribui a palavras fortes, como AUTONOMÍA. Na última edição define-se: «1. f. Potestad que dentro de un Estado tienen municipios, provincias, regiones u otras entidades, para regirse mediante normas y órganos de gobierno propios.- 2. f. Condición de quien, para ciertas cosas, no depende de nadie.- 3. f. comunidad autónoma.- 4. f. Máximo recorrido que puede efectuar un vehículo sin repostar.- 5. f. Tiempo máximo que puede funcionar un aparato sin repostar.» Nas edições de 1992, de 1984, de 1970, de 1947, de 1936, de 1925 a primeira acepção era: «Estado y condición del pueblo que goza de entera independencia política.» Em edições anteriores, a definição da primeira acepção é ainda mais explícita. Por que os académicos baniram a primeira acepção? Justamente para que os pobrinhos cidadãos do Reino não imaginem que a sua "autonomía" ou "comunidad autónoma" tenha a ver com a independência.

Abundemos um pouco mais. Compare-se, nas definições de ESPAÑOL e de PORTUGUÊS, a caraterização das respetivas línguas. ESPAÑOLA: «3. m. Lengua común de España y de muchas naciones de América, *hablada también como propia en otras partes del mundo*» [O itálico é meu].

PORTUGUESA: «3. m. Lengua portuguesa.» [Nada se diz sobre o facto de ser falada noutras partes do mundo.] Parece claro que os académicos varrem, politicamente, para a casa sua.

Igualmente poderíamos comparar as definições de GALEGO, VASCO, CATALÁN, VALENCIANO... Apenas na definição de GALEGO se incluem acepções pejorativas. Por que? Justamente porque a Galiza e a sua língua são as realidades mais perigosas para o nacionalismo espanhol. Teria de me estender em explicar esta observação; fique apontado. Noutra ocasião, se houver, explicarei esta afirmação que não é minha, mas do jornal *El País*.